

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2010

VOLUME I

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR ENQUANTO PROCESSO

FORMATIVO: ação pedagógica interdisciplinar

Autora: *Rose-Cler KorbTussi*¹

Orientador: *André Paulo Castanha*²

Resumo

O artigo objetiva refletir sobre a avaliação da aprendizagem escolar enquanto processo formativo e ação pedagógica interdisciplinar. Trata-se de um estudo desenvolvido durante a realização do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no ano de 2010/2012. Para tanto, visa também relatar as atividades desenvolvidas para a implementação do Projeto de Intervenção no Colégio Estadual Pe. José de Anchieta – Ensino Médio Normal e Profissional, do município de São Jorge D’Oeste-PR. O referido projeto teve o intuito de promover estudos com os professores do Ensino Básico com a finalidade de discutir as práticas escolares de avaliação. No decorrer das atividades, buscou-se identificar como professores e alunos concebem a avaliação escolar, e como aqueles agem em relação às dificuldades encontradas no processo ensino, aprendizagem e avaliação. Os resultados demonstraram que os agentes do processo educativo – professores e alunos - ainda apresentam muitas dificuldades, dúvidas e incertezas em relação à avaliação, e que não há uma forma “ideal” para se avaliar. Concordam que é preciso rever as práticas, as estratégias, as formas e as concepções de avaliação que permeiam a prática pedagógica escolar.

Palavras-chave: Ensino e aprendizagem; Avaliação escolar; Processo formativo.

Abstract

This article reflects on the assessment of school learning as a formative process and interdisciplinary pedagogical action. This is a study conducted during the course of

¹Graduação em Pedagogia. Especialista em Orientação Educacional. Pedagoga no Colégio Estadual Pe. José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, de São Jorge D’Oeste-PR.

² Doutor em Educação. Professor do Colegiado de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Unioeste – Campus de Francisco Beltrão. Orientador do PDE desde 2007.

the Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, the Ministry of Education of Paraná, in the year 2010/2012. To do so, also aims to report on activities undertaken to implement the Intervention Project in the State College Father José de Anchieta - Normal and Training School, in São Jorge D'Oeste - PR. This project aimed to promote studies with teachers of basic education in order to discuss the school assessment practices. During the activities, we sought to identify how teachers and students perceive the school evaluation, and act as those in relation to the difficulties encountered in the teaching, learning and assessment. The results showed that the agents of the educational process - teachers and students - still have many difficulties and doubts regarding the evaluation, and that there is a way "ideal" to evaluate. Agree that it is necessary to review the practices, strategies, forms and conceptions of evaluation that permeate the teaching practice school.

Keywords: Teaching and learning; School evaluation; Formative process.

1.Introdução

A avaliação escolar, na atualidade, ainda consiste em um dos maiores desafios que circundam o processo de ensino e aprendizagem sendo um dos que mais preocupa os educadores brasileiros, nos diversos níveis escolares. Os seus resultados são sentidos diuturnamente no interior das escolas públicas, demonstrados pela concepção de avaliação dos docentes - ainda tradicional, pautando-se em juízo quantitativo e não juízo qualitativo da aprendizagem do educando e de sua ação em sala de aula. Inúmeras são, pois, as dúvidas e ansiedades que permeiam a ação de avaliar nos ambientes escolares, nos mais diferentes níveis.

Na atualidade, o que percebemos, é que além de uma concepção de avaliação, que se traduz numa visão tipicamente tradicional, por uma grande maioria dos professores da escola pública, há também uma concepção de ensino, de aprendizagem, de método, de educação, de homem, de sociedade e de mundo que acabam por configurar-se nesse "modelo" vigente de avaliação e de aprendizagem que permeia o trabalho pedagógico em sala de aula.

Ousamos, aqui, neste texto, encarar a avaliação enquanto processo na ótica pedagógica, não somente visualizando o aluno e o professor, mas todo o coletivo escolar, tendo em vista que seus resultados são ou almejam ser o reflexo das

elaborações e implementações, concebidas na coletividade. Nesta perspectiva, ao discutirmos a avaliação enquanto processo, pretendemos discuti-la enquanto possibilidade de alcance ou não das expectativas iniciais, dos objetivos estabelecidos no projeto pedagógico escolar. Isso significa pensar sobre quem são e como queremos que sejam os homens e mulheres que estamos formando hoje e a que projeto de sociedade queremos que eles sirvam ou construam. Se pensarmos a partir dessa perspectiva, estaremos entendendo também o sentido crucial desta no processo educativo. Fundamentado em uma concepção de avaliação enquanto processo formativo e ação pedagógica interdisciplinar, a finalidade é contribuir com os estudos da temática da avaliação ao se provocar reflexões no contexto educacional sobre a avaliação da aprendizagem escolar e trazer à tona a necessidade de uma nova concepção e práxis pedagógica no que tange o processo avaliativo.

Com efeito, o artigo visa apresentar os resultados de atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no ano de 2010/2012, na implementação do Projeto de Intervenção intitulado “Avaliação da Aprendizagem Escolar Enquanto Processo Formativo: Ação Pedagógica Interdisciplinar com Docentes do Ensino Básico”, no Colégio Estadual Pe. José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, de São Jorge D’Oeste-PR. O referido projeto, cujo intuito foi o de promover grupos de estudos com os professores do Ensino Básico para se discutir práticas escolares de avaliação, foi implementado no período compreendido entre 19/07 a 29/10 de 2011, por intermédio de oito encontros, com estratégias e dinâmicas diferenciadas, centrados na temática – processo de avaliação escolar.

É importante ressaltar que este trabalho se originou e estruturou-se a partir de um diagnóstico feito com professores, pedagogos e alunos do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na Modalidade Normal, sobre as suas concepções, angústias, inquietações, desejos e impressões sobre a avaliação escolar. A coleta de dados ocorreu a partir de questionários contendo questões abertas, dissertativas. O objetivo foi identificar a concepção de avaliação de professores e alunos do Ensino Básico, e quais são as ações daqueles em relação às dificuldades encontradas na aprendizagem e na avaliação destes últimos.

Para tanto, o artigo foi construído a partir da seguinte estrutura: apresentação da coleta de dados dos questionários, a abordagem teórica sobre avaliação enquanto processo formativo e ação pedagógica interdisciplinar, trazendo à tona a necessidade de uma nova concepção e práxis pedagógica no que tange o processo avaliativo; relato da trajetória de implementação do Projeto de Intervenção mencionado acima e por fim, apresenta as considerações finais do estudo.

2 A Problemática da Avaliação no Cotidiano Escolar

No campo da educação, uma das questões mais sérias que ronda o processo de ensino e aprendizagem é a avaliação escolar. Trata-se de uma problemática vivenciada por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem cotidianamente, uma vez que, ela, a avaliação escolar pode ser entendida de diferentes maneiras, ou seja, de acordo com as diferentes filosofias que amparam as práticas escolares. Isso significa dizer que a avaliação escolar não está puramente centrada em questões pedagógicas, mas em questões eminentemente político-ideológicas. Então, diante disso, há um desafio que nos está posto: a necessidade de se discutir, se analisar e se viabilizar possibilidades reflexivas a respeito de conceitos e práticas avaliativas que permeiam nossas atividades escolares cotidianas.

À medida que avançamos em nossas práticas, a realidade escolar com a qual nos deparamos, deixa-nos em situação de permanente desconforto, os questionamentos de professores e alunos em relação à avaliação é altamente perceptível. Os professores, encurralados pelo sistema escolar que os obrigam a atribuir notas, sentem-se desafiados por alunos “desinteressados, revoltados”, e estes, por sua vez, sentem-se injustiçados, na mesma medida, por professores “carrascos”, que não lhes compreendem, que não lhes fazem jus; caracterizando tão bem os confrontos, na arena escolar, diariamente. Tal realidade, que tende a agravar-se nos leva a sérios questionamentos: Por que mesmo frente a tantos avanços teóricos no campo educativo não conseguimos avançar no processo de avaliação? Por que não conseguimos mudar essa situação? Quais são, de fato, os empecilhos para esta mudança? Por que a mudança não começa em nosso próprio

“quintal”? Como se constituem as práticas avaliativas dos professores na cotidianidade da sala de aula? E como se traduz a recepção destas práticas pelos alunos, como estes se reconhecem, como agem? Quais são as concepções de professores e alunos sobre a avaliação? O que professores e alunos pensam/dizem e quais são as suas experiências em relação a avaliação escolar? E tantas outras questões poderiam compor esse rol de perguntas que, em última instância, consistem em dúvidas concretas sobre a práxis pedagógica que acontece na escola e que une dois sujeitos, professor e aluno, e que, parecem padecer de orientações e princípios transformadores.

Tais angústias geraram a necessidade de nos debruçarmos sobre esta questão, aprofundando-a em nosso lócus de atuação profissional, visando, acima de tudo, contribuir com os estudos sobre essa temática e com o universo, buscando um suporte explicativo para grande número de acontecimentos escolares.

Em face desse contexto, neste trabalho, tivemos a intenção de imprimir um direcionamento concreto para o objeto de estudo. Sem pretender expor as pessoas que participaram deste trabalho, mas impulsioná-las para o debate, a reflexão, os estudos, as mudanças orientadas para a transformação das nossas ações pedagógicas é que enfrentamos a discussão com dois grupos - professores e alunos, a partir de questões dissertativas, alocadas em um questionário, com questões abertas visando dar espaço para que expusessem os seus pontos de vista, as suas angústias, os seus desejos, as suas percepções sobre a avaliação escolar.

Para tanto, sondamos inicialmente o interesse de docentes e alunos do 2.º e 3.º Anos de um Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na Modalidade Normal a respeito da temática da avaliação, como a resposta foi positiva, convidamo-los para participarem de uma pesquisa diagnóstica, mediante um questionário, com questões abertas, a ser respondido por eles, de acordo com um prazo estabelecido e acordado entre as partes. Justifica-se a escolha dos dois grupos participantes deste trabalho - alunos e professores, por partilharem do mesmo espaço, e por ambos estarem comprometidos com o processo de aprendizagem, aqueles porque estão se preparando para um trabalho com características similares aos de seus professores, e estes por estarem preparando os futuros docentes a desenvolverem atividades com esse foco. A razão principal da escolha dos referidos alunos ocorreu em razão de eles já estarem se deparando com situações problemas no âmbito de práticas

pedagógicas que estão experienciando nas escolas visando o seu encaminhamento para a profissão de educador.

Acreditamos que é nesse espaço, então, que o professor e o futuro professor interagem, dialogam e se colocam em ação, ou seja, é nesse contexto que elaboram e reelaboram sua prática educativa que, embasada em teorias estudadas, transformam-se em práxis educativa, profissional.

Em face do exposto, procuramos levantar elementos do próprio ambiente escolar que conduzissem nossas discussões e reflexões. Foi, pois, através de depoimentos/falas/relatos de professores e alunos que buscamos captar as suas concepções, práticas e inquietações referentes à avaliação. O conteúdo das questões procurou levantar alguns elementos que poderão, mediante momentos de reflexão, constituírem-se em alternativas para a construção de uma avaliação mais justa, numa perspectiva dialética, dialógica, diagnóstica, interdisciplinar, transformadora e concreta que possibilite superar nossos limites/desafios no âmbito educacional, no que tange às práticas avaliativas.

Coube-nos, então, destrinçar nas respostas obtidas nos questionários unidades de análise. Nesse tópico são apresentados os dados obtidos nos questionários já mencionados buscando que permitisse traçar um retrato preliminar da prática de avaliação que envolve professores e alunos. Conforme já foi dito, os sujeitos selecionados para isso foram os professores e alunos do referido Colégio, os quais foram receptivos ao trabalho. Ao todo contou-se com a participação de cinquenta e sete pessoas, sendo dezenove docentes (professores e pedagogos) e trinta e oito alunos, destes, vinte e seis do 2.º Ano e doze do 3.º Ano do Curso Médio na Modalidade Normal .

Sendo assim, a dinâmica de mapeamento dos dados do questionário ocorreu da seguinte forma: após leitura completa dos mesmos, procedeu-se ao registro das menções mais explícitas e recorrentes (mais vezes mencionadas) nas respostas de cada questão. Para efeito de visualização, as respostas foram agrupadas, quando possível, na forma de frases completas ou expressões, considerando-se as mais citadas.

Para os professores, o questionário continha nove questões que versavam sobre a sua prática de ensino, concepção de avaliação e de aprendizagem, dificuldades de ensino e aprendizagem, dentre outras, conforme se pode notar no

exposto na sequência. Identificamos em cada questão, as respostas mais recorrentes.

Sendo assim, na primeira questão sobre como o professor concebe a sua prática, esta no geral é vista como método de ensino, conforme se mostrou nas respostas acima. As outras manifestações giraram em torno da prática voltada para a formação do aluno, preocupada com o desenvolvimento global do aluno-cultural, social, econômico; com o processo ensino e aprendizagem, e a necessidade de revisão constante da prática pedagógica.

Quanto à questão se o sistema tradicional é classificatório, através de testes e provas, se assegura uma aprendizagem de qualidade, as manifestações foram contrárias, contudo, afirmaram que *contribui na aprendizagem* e que é uma *prática bastante utilizada ainda, mas não assegura a aprendizagem*.

Quanto à averiguação se as notas e provas são garantias do efetivo acompanhamento dos alunos no seu processo de aprendizagem, de acordo com o depoimento dos professores, isso não se efetiva, pois ela não representa o que o aluno sabe, e que há outras maneiras de se avaliar.

Sobre se o sucesso de um aluno na escola representar o seu desenvolvimento máximo possível, as manifestações foram negativas. No geral, no entender dos professores, *o sucesso na escola não representa sucesso ou futuro promissor na sua vida profissional*. Houve apenas uma afirmação, sem defesa argumentativa.

Na questão sobre o que é avaliação e para que serve, foi possível mapear algumas concepções, tais como: a) avaliação enquanto forma/maneira; b) Avaliação enquanto processo; c) Avaliação enquanto compreensão, desempenho e capacidade por parte do aluno. E serve para: *conhecer melhor a pessoa, avaliar seu desempenho, medir seu conhecimento, e poder interagir com ela, detectar também as necessidades dos alunos e poder ajudá-los a superar as dificuldades e aperfeiçoar suas potencialidades*.

Ao se perguntar ao professor como o aluno aprende ou como se dá o conhecimento, foi possível mapear três grandes manifestações: a) *Aprendizagem centrada no aluno - o aluno aprende a fazer fazendo*; b) *Aprendizagem mediada por interações com o professor e com atividades*; c) *Por meio de atividades complementares, de revisão do conteúdo*.

Ao se perguntar ao professor sobre a ausência de aprendizagem, ou por que o aluno, por vezes não aprende, o retorno dos professores se manifestou da seguinte maneira: a) *O aluno como responsável; b) O professor como responsável; c) A metodologia docente como responsável; d) A escola como responsável; e) O conteúdo/conhecimento como responsável; e) A avaliação como responsável; f) A Equipe Pedagógica como responsável.*

Ao se questionar quais são as maiores dificuldades no processo de avaliação no momento da elaboração das atividades, na aplicação ou na correção destas, os depoimentos assim se mostraram: a) *Dificuldades na elaboração de atividades: que atinjam todos os alunos, contemplando seus ritmos diferenciados de aprendizagem, que facilitem a sua interpretação, que aliem as atividades de acordo com critérios e objetivos estabelecidos do conteúdo trabalhado, além da insegurança quanto ao que cobrar na prova; b) Dificuldades na aplicação: Aliar a reflexão às respostas dos alunos, falta de comprometimento destes, exposição de conteúdos por parte do professor, as escolas são padronizadas demais – tiram a criatividade do professor, e faltam ações da Equipe Pedagógica em alguns casos; c) Dificuldades na correção: Disponibilidade de tempo para correção, pois exige concentração e esforço, dificuldade de entender o ponto de vista dos alunos; d) Sugestões: Rever a maneira como é feita a avaliação; mais adaptação ao uso das tecnologias; Verificar porque não ocorreu a aprendizagem; Planejar estratégias de intervenção eficientes para a mudança comportamental do não aprender.*

Por fim, os docentes mencionaram como deveria ser, então, para eles a avaliação: a) *Diversificação da avaliação: “Maneiras diversificadas. - Debates, apresentações, pesquisas, questões objetivas, prova objetiva, oral, dissertativa, leituras, interpretações, análises, seminário, trabalhos em grupo, relatórios individuais, autoavaliação, observação, redações, experiências, maquetes, explicações cotidianas, participação e vontade de obter o ensino-aprendizagem e conselho de classe. - Privilegiar a interpretação, resolução de problemas ou situações problema. Aplicação de modelos semelhantes às provas de vestibular, ENEM. Bem elaborada, permitindo ao aluno expressar seus pensamentos, refletir, oferecer desafios e demonstração de conhecimento”;* b) *Avaliação como processo: “Processo cumulativo, avaliando habilidades e competências dos alunos, quantificando as modificações postura, comportamento e capacidade de reter conhecimento e desenvolvê-lo. Processo contínuo, permanente e cumulativo”;* c)

Sugestões: *“Deve ser de autonomia e responsabilidade do professor, com supervisão dos pedagogos e intervenção, quando necessário. Deve ajudar a produzir memória. Devem ser feitas de acordo com cada matéria, mais práticas ou mais teóricas. Através do acompanhamento do desenvolvimento de atividades e os conteúdos deveriam estar presentes em novas situações. Rigoriedade nos conteúdos, com intencionalidade e planejamento claros, preocupação com a aprendizagem, não sendo a nota o foco. Desamarrar-se da necessidade de atribuição de notas. Poderia deixar de ser obrigatória, mas se tornar um processo livre de escolha do profissional. Considerar o que os alunos sabem e não só melhorar as estatísticas”.*

Pelas manifestações e depoimentos dos educadores, foi possível notar que para estes, a avaliação está relacionada às experiências de sua formação, às suas experiências profissionais e orientadas por órgãos oficiais. Nota-se que para eles, a avaliação é um processo valoroso, ligado ao ensino e à aprendizagem, contudo faltam-lhes maiores alicerces quanto ao domínio de conceitos de avaliação. É assim possível perceber que suas concepções não ultrapassam o nível do senso comum. Entre as várias manifestações dos docentes sobre avaliação, algumas delas sucumbem pedagogicamente, uma vez que não conseguem identificar efetivamente nem o nível de desempenho, nem o nível de apreensão da aprendizagem de seus alunos.

É relevante que haja concepções claras de avaliação e do papel a ser por ela cumprido no contexto de ensino e aprendizagem. Não é, pois, a finalidade primeira da avaliação identificar, mensurar o quanto o aluno aprendeu e com que profundidade apreendeu os conteúdos ensinados, mas diagnosticar o processo, a trajetória que o levou a esse conhecimento ou à falta dele (BOTH, 2008).

Diante disso, fez-se urgente desencadear um trabalho com os docentes e pedagogos da escola mencionada, uma vez que as suas concepções e práticas relacionadas à avaliação se mostraram tão carentes de um conhecimento mais aprofundado. Por isso, a aplicação dos trabalhos em grupo nasceu desse contexto.

Foi necessário, na mesma medida, sondar as concepções dos alunos sobre avaliação. Então, no que se refere ao questionário enviado para eles, este foi composto por oito questões, abordando: concepção de avaliação e para que esta serve, se devem continuar da mesma maneira, se poderiam ser diferentes, se contribui na aprendizagem, qual disciplina obtém notas mais altas, quais disciplinas

mais aprendem, e se a forma de avaliação dos professores ajuda na aprendizagem, qual o objetivo no colégio e como acham que deveriam ser feitas as avaliações.

Nas suas respostas, os alunos do 2.º e 3.º Anos do Normal, demonstraram que avaliação se trata de instrumento e método: *Instrumento e método para verificação de aprendizagem do conteúdo pelo aluno. Prova para verificação de aprendizagem do conteúdo pelo aluno. E quando perguntados para serve a avaliação, as manifestações foram:* para verificação e testagem de conhecimento:

Sobre se as avaliações devem continuar sendo feitas da forma como ocorrem hoje e o que poderia ser diferente, a maioria manifestou desejo de mudança, e apresentaram para isso, várias sugestões desde provas mais fáceis e mais construtivas até abolição das provas. Outros se manifestaram a favor da continuidade, inclusive com provas surpresas, provas com consultas, maiores exigências nas provas.

Em relação se avaliação contribui na aprendizagem, a grande maioria das manifestações foram positivas, argumentando que proporciona a compreensão, revisão e relembração do conteúdo. Para alguns, contudo, *não contribui. Trata-se de decoreba. A prova não prova nada.*

Ao se perguntar qual a disciplina que o aluno obtém notas mais elevadas e se isso pode ser devido à forma de avaliação utilizada pelo professor, sendo que as disciplinas mencionadas, recorrentemente pelos alunos foram: *Matemática, Química, Educação Física, Artes, Geografia, Sociologia Filosofia, Português, História, Física. E isso tem a ver com a metodologia: maneira como o professor dá a aula e com a sua forma de Avaliação, na prática e a participação do aluno na aula.*

E sobre quais são as disciplinas que mais aprende e se a forma de avaliação utilizada pelos professores ajuda na sua aprendizagem, as respostas obtidas foram: *Matemática, Educação Física, Geografia, Química, Filosofia, Artes, Sociologia, História, Português, Biologia, Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa. E afirmaram que a avaliação ajuda muito. E que os professores destas disciplinas utilizam várias formas de explicações e atividades, usam estratégias diferentes, ensinam bem e se dirigem aos alunos, e a participação do aluno na aula também é avaliada.*

Sobre qual o objetivo no colégio, as respostas foram unânimes em relação a: *Aquisição de conhecimento, preparação para o mundo do trabalho e um futuro melhor:*

Por fim, sobre como o aluno considera que deveriam ser feitas as avaliações, foi possível mapear alguns aspectos em suas respostas, tais como: a) *Tipos de provas: sem e com consulta, e de avaliações surpresa aprovas simuladas, até autoavaliação do aluno relatando o que aprendeu nas aulas, diariamente;* b) *Recuperação/revisão - de conteúdo, de notas;* c) *Diversificadas. Filmes, vídeos, dinâmicas, exercício, trabalhos em grupos, para fazer em casa, para não apresentar em aula;* d) *Conteúdo das provas: atuais, melhor elaboração das perguntas, cobrar os conteúdos estudados em aula;* e) *Periodicidade: Após cada conteúdo, avaliações diárias, não deixar acumular assuntos;* f) *Tempo: mais tempo de realização.*

Em sendo a avaliação um processo bilateral que envolve dois sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, professor e alunos, e sendo o aluno o principal agente deste processo, é nele que se concentram todas as atividades de ensino, todo o planejamento, respeitadas as suas capacidades, competências e habilidades.

Pôde-se notar pelos relatos acima, que tanto professores e pedagogos quanto os alunos atribuem caráter formativo aos instrumentos de avaliação, devendo-se evitar a avaliação como punição. Acreditam que a avaliação serve para organizar o conhecimento, para diagnosticar o que se sabe e o que ainda não se sabe. Nesse aspecto, a avaliação faz parte do processo ensino-aprendizagem, uma vez que possibilita o desenvolvimento do aluno e ao mesmo tempo reorienta a prática pedagógica do professor.

Como se vê, um dos elementos fundamentais na educação e na escola é a avaliação. Avaliar não significa, pois, *classificar, aprovar ou reprovar*. Com efeito, docentes e alunos acreditam no caráter formador, diagnóstico e qualitativo da avaliação. Buscam, por seu turno, subsidiar as suas avaliações com por instrumentos diversos que, utilizados cotidianamente, visam diagnosticar os avanços e as dificuldades dos alunos. Contudo, suas práticas ainda estão muito centradas na metodologia tradicional, cuja avaliação centra-se no aspecto quantitativo em detrimento do qualitativo.

Em face disso, os seus depoimentos/manifestações em relação à avaliação deixam antever o quão ela é complexa e o quanto a sua passagem pela vida escolar é marcada pela avaliação que, por vezes, vem alienada do processo ensino-aprendizagem.

Com base nisso, buscou-se por um referencial teórico que nos desse mais subsídios para discutirmos a avaliação com os docentes já mencionados.

3 Avaliação da Aprendizagem Escolar: Revisitando Conceitos, Princípios e Finalidades

Iniciamos a abordagem da temática – avaliação – objeto deste estudo, a partir de uma tese, qual seja: em princípio todo o professor traz consigo concepções, conhecimento sobre o que significa ensinar, aprender, possibilitar oportunidades de aprendizagem e de avaliação a seus alunos. Essas concepções de avaliação são as mais diversas possíveis, contudo, convergem em torno de alguns aspectos, como a elevação do desempenho do aluno e das condições de oferta de ensino e aprendizagem. Diante disso, entende-se que um processo avaliativo será tão mais valioso e bem sucedido quanto mais conceitos, instrumentos e concepções claras de avaliação tiverem a oportunidade de se mesclarem.

O desafio posto hoje leva-nos a discutir e a visualizar possibilidades reflexivas no intuito de referenciar o processo de aprendizagem, as concepções, os princípios e as finalidades da avaliação. As diversas concepções acerca da avaliação escolar há bastante tempo vem-nos interpelando para a busca de seu entendimento além do senso comum, além do quantitativo.

A proposição de tal reflexão vem carregada pelas inúmeras distorções que se fizeram e se fazem presentes na nossa prática educativa diariamente. Sobre isso, Vasconcellos (1998, p. 13), ajuda-nos quando diz que:

(...) se analisarmos a história, constatamos que não foi só a avaliação que não mudou: a prática metodológica em sala de aula tem muito ainda de medieval (...) além disso, os grandes problemas da humanidade também não foram suficientemente equacionados: chegamos à Marte (tecnologia: aqui sim é clara a mudança de forma vertiginosa), mas continuamos tendo fome, guerras profunda e galopante injustiça social, acirramento, preconceitos etc.

Além de Vasconcellos, são vários os autores que se preocupam com a avaliação na contemporaneidade. Dentre eles está Haydt (1988, p. 10), para a qual avaliar significa “julgar ou fazer a apreciação de alguém ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores (ou) interpretar dados quantitativos e qualitativos para obter um parecer ou julgamento de valor tendo por base padrões ou critérios”.

Assim entendemos que os princípios têm sua origem em uma concepção pedagógica e esta, por seu turno, embasa-se em uma postura filosófica.

No entender destes autores, os princípios corroboram para embasar a elaboração dos objetivos que, por seu lado, possibilitam ao educador os apontamentos da evolução e das problemáticas enfrentadas pelos alunos e de que maneira se deve reorganizar a sua prática pedagógica, no intuito de melhorá-la e qualificá-la. Por isso, pode-se dizer que a avaliação possibilita a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino escolar.

Para Souza, a avaliação da aprendizagem escolar que objetiva julgar e classificar o aluno precisa ser revista, por isso, para ela:

Desponta como finalidade principal da avaliação o fornecer sobre o processo pedagógico informações que permitam aos agentes escolares decidir sobre intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários em face do projeto educativo definido coletivamente e comprometido com a garantia da aprendizagem do aluno. (1993, p. 46).

Para Luckesi (2001, p. 09) a avaliação consiste em “um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”. Para Rays (1996, p. 121), avaliar, não representa apenas verificar o que foi retido da reprodução de conhecimentos (dos livros, das aulas, dos autores etc.), mas representa “analisar e problematizar a elaboração do conhecimento, a redefinição pessoal, o posicionamento e a postura do educando frente às relações entre o conhecimento existente numa determinada área de estudo e a realidade socioeducacional em desenvolvimento”. Por seu turno, Vasconcelos (1998, p. 78), afirma que:

Se bem feita, a avaliação pode ajudar a localizar problemas e com isto fazer com que a aprendizagem seja melhor, mas ela não pode, por si, alterar a qualidade da aprendizagem. O que altera, ou não, a qualidade da aprendizagem é o ensino; ela pode dar subsídios para, mas não fazer por.

Para Both (2005, p. 59), a aprendizagem e a avaliação se justificam por algo mais abrangente: a educação. Por isso, para ele:

Ensino, avaliação e aprendizagem se justificam plenamente por si sós, mas sempre em função de um bem acadêmico maior, o da educação. E para uma compreensão mais do que seja educação, ela tem sua origem no verbo educar, que, por sua vez, provém do verbo latino *educere*, que significa trazer para fora, desabrochar. E desabrochar quer dizer mostrar-se para a vida de forma real, revelar-se para o mundo externo, desvelar potencialidades como desdobramentos da educação.

Entre as mais diversas concepções de avaliação, algumas submergem pedagogicamente, por não conseguirem identificar com precisão nem o nível de desempenho do aluno, nem o nível de apreensão dos conteúdos, da aprendizagem. Nesse viés, Both (1992a, p. 16-7), ao fazer uma comparação, alerta-nos que:

Fórmulas aritméticas utilizadas para a obtenção de médias podem ser entendidas como liquidificadores apuradores da aprendizagem. São depositadas notas e/ou médias dentro de uma fórmula (liquidificador), é realizada a operação (trituração) e está obtido o resultado, valor médio.

Para este autor, não é possível fazer o mesmo com a avaliação, uma vez que não é possível obter o valor de sua qualidade por intermédio de operações com valores quantitativos. E complementa “Medir a qualidade da aprendizagem mediante o emprego de operações não se coaduna com a avaliação, quando encarada como um processo dinâmico, construtivo, formativo, para a tomada de decisão” (1992a, p. 16-7).

Ressaltamos a necessidade de que haja concepções claras do ato de avaliar e do papel a ser por ela cumprido no contexto de ensino e aprendizagem. Estamos seguros que o objetivo da avaliação não consiste apenas em identificar o quanto o aluno apreendeu e com que profundidade sabe os conteúdos, mas se trata de diagnosticar quais foram as trajetórias que o levaram ao conhecimento adquirido. Dessa forma, ao assumirmos a concepção de avaliação enquanto processo, estamos, pois, fazendo menção a um agir que exige tomada de decisão conjunta, o que nos pressupõe uma tomada de ação conjunta, compromisso assumido conjuntamente pelos profissionais envolvidos na construção da aprendizagem escolar. Nessa perspectiva, pensamos que isso envolve todos os partícipes deste processo, quais sejam pais, professores, alunos, direção, associação de pais.

O fundamento da postura avaliativa a que nos filiamos enquanto partícipe deste processo, ousa propor à escola trazer de volta aqueles que por muito tempo foram relegados do processo, o que exige uma nova lógica organizativa, teórica e metodológica que deve ser incorporada e entendida pela gestão democrática, pela dialogicidade, pelas ações compartilhadas, pelas trocas inter e extra escolares e salas de aula.

Apoiamo-nos em Vasconcellos (1994) para dizer que estas novas/velhas ideias abrem possibilidades de mudanças, mas não garantem por aí só a mudança. O que pode mudar a realidade é a intervenção humana comprometida sobre ela. Para o autor, esta postura interventiva nos interpele a redimensionar a prática e as concepções sobre a avaliação da aprendizagem.

Nesse viés, Luckesi (2001, p. 172-73) ampara e ilustra essas nossas reflexões, ao afirmar:

[Esta é, e deve ser] um ato amoroso, no sentido de que a avaliação por si é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir a avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para então e só então, ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção (que obrigatoriamente conduz à exclusão). O diagnóstico tem, por objetivo aniquilar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para a obtenção de uma maior satisfatoriedade daquilo que se esteja buscando ou construindo.

Com base nesse princípio, docentes e alunos devem atentar para a realidade que os cerca e juntos construirão conhecimentos, juntos produzirão novos saberes, admitindo novas estratégias de aprendizagem e maneiras de se ensinar peculiares às características que alicerçam o projeto político pedagógico.

É sabido por nós, educadores, que o novo pressupõe mudanças significativas, novas posturas, novos olhares, abordagens criativas e comprometidas. Para nos engajarmos nessa perspectiva, ressaltamos que é importante ter-se em mente que a avaliação deve estar articulada com a mudança de postura do educador, tanto em relação ao ato avaliativo, quanto às concepções que o alicerçam, vinculadas às ações sociais e socioeducativas, devidamente

planejadas e executadas, o que pressupõe uma ideia de movimento, como nos alerta Vasconcellos (1998, p. 50-1):

O substrato de uma nova concepção de avaliação está na tomada de posição: estar a serviço da reprodução ou da transformação! Não é, portanto, simplesmente uma questão “técnica”, como por exemplo, uma semana de prova, fazer avaliação de cunho reflexivo, etc. é claro que a avaliação tem problemas especificamente pedagógicos (“técnicos”), que não se colocam no âmbito estritamente político. Mas estes problemas só podem ser enfrentados depois de uma tomada de consciência do problema político, que é determinante, e de uma opção por outra prática em termos de avaliação. Caso contrário, corre-se o risco de se ter pequenos ajustes na estrutura. Como, em última instância, também passa por uma nova postura política, o que é muito difícil dado o processo de alienação, a ideologia, as estruturas dominantes. Não estamos inaugurando o mundo, ao contrário, nos situamos num mundo que tem uma lógica em andamento.

A avaliação faz parte, pois, do ato educativo do processo de ensino e de aprendizagem. É importante e necessária. Porém, se quisermos transcender a lógica da exclusão que tem caracterizado a avaliação, é imprescindível que ela seja entendida como sinônimo de libertação. Sobre isso, Esteban (2004, p. 22), salienta que: “É fundamental que a avaliação deixe de ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social e se torne uma ferramenta para professores e professoras comprometidos com a construção coletiva de uma escola de qualidade para todos”.

Corroborando com a discussão, podemos dizer, então, que a escola que representa um dos espaços de educação, e pode justificar-se pela possibilidade de representar um contexto de manifestação cultural, social, política, produção e criação de conhecimentos e saberes, pode fazer uma enorme diferença, se tornar a avaliação o resultado dos múltiplos desejos e compromissos coletivos, inerentes ao processo que exige a colaboração de todos. Queremos também sinalizar que não se pode conceber a avaliação escolar como algo abstrato, desvinculado dos condicionamentos da própria instância escolar e da comunidade como um todo. Sendo assim, não podemos olhar a avaliação de forma autônoma, mas sim vinculada ao projeto pedagógico da escola, entendido por nós, como resultado das vivências de homens e mulheres situados e situadas historicamente. Ou ainda, queremos sinalizar que entendemos a avaliação como parte do processo dinâmico e dialético da globalidade do ato de ensinar e aprender e, como tal, deve estar

organicamente envolvida, inclusive, seu julgamento significativo de valor quantitativo sobre a aprendizagem escolar.

Quando falamos em projeto pedagógico, entendemos que este, além de atender à legislação educacional específica (LDBN Lei 9394/96), incorpora como os agentes envolvidos concebem o processo de ensino e aprendizagem, e conseqüentemente, o processo de avaliação. Isso significa entender que quando se concebe o processo avaliativo sob uma perspectiva diagnóstica, ou seja, avaliação como ação global que se reveste num meio para se atingir uma ideia ou projeto, estamos focalizando a observação das condições da realidade, no intuito de fazer as mudanças necessárias para que estas orientem na direção dos objetivos propostos.

No decorrer deste primeiro momento do texto, estamos ressaltando que o processo avaliativo deve manter intimidade com o planejamento global da ação pedagógica e deve estar claramente explicitado no projeto pedagógico escolar, o que nos possibilita entender que a avaliação está além dos limites da aprendizagem, é indissociável do todo, e necessita da responsabilidades de todos os envolvidos. Sobre isso, Luckesi (2001, p. 118), é pontualíssimo quando destaca:

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção dos meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redirecionamento da direção da ação.

Diante disso, podemos dizer, então, que a avaliação da aprendizagem escolar, enquanto processo, deve ser assumida na dinâmica de elaboração e execução do projeto educativo (pedagógico) da unidade escolar como uma das possibilidades que objetiva promover o conhecimento mútuo, facilitando as intervenções, provocando um movimento de análise da realidade baseada nos aspectos pessoais e coletivos. Deve-se também, neste mesmo viés, aprofundar-se os aportes teórico e práticos, os quais consideramos necessários para atender à diversidade que caracteriza o projeto educativo coletivo.

Desse modo, estamos dando ênfase e assumindo a avaliação entendida como processo. Faz-se necessário, pois, olhá-la e assumi-la como um instrumento de investigação perceptiva, comprometido com a autonomia, a justiça social, a democracia. Concebendo-a como uma atividade indissociável e inerente ao processo educativo, entendemos que, para a avaliação se tornar emancipatória, requer muito dos educadores, em especial, requer uma dinâmica especial, qual seja sucessivos estudos, reflexões, produções coletivos, nos quais se poderia redimensionar a prática docente e outras ações vinculadas a ela.

Neste entendimento, sendo a avaliação, uma atitude de reflexão que envolve as intenções da ação docente, suas práticas educativas tornam-se legítimas, se articuladas com o projeto político pedagógico, assumido e construído coletivamente. Ressaltamos, ainda, que neste viés, compete ao professor, conhecer o perfil de seus alunos, suas dificuldades, potencialidades, como também cabe ao próprio aluno avaliar-se, o que possibilitará ao professor a reflexão sobre o seu trabalho, seus procedimentos, suas tomadas de decisões e, sempre que necessário, reestruturar a prática. Contudo, é preciso que façamos um alerta – a mudança em relação à avaliação pode cair num idealismo romântico ou em um ativismo ingênuo, se for pensada fora do contexto social, cultural e conjuntural existente na atualidade. Isso representa que estamos afirmando que ao assumirmos o viés crítico da avaliação, como processo, é preciso coragem, determinação, ousadia, ação política, teórica e metodológica, e ação coletiva, e entendê-la a partir das contradições, das incertezas e dúvidas que emergem no nosso cotidiano escolar.

Para tanto, é mister que entendamos a avaliação como processo formativo e ação pedagógica interdisciplinar.

4. Avaliação: Processo Formativo e Ação Pedagógica Interdisciplinar

No sentido de contribuir com a construção de práticas pedagógicas emancipatórias e conseqüentemente com uma prática avaliativa pedagógica dialógica, formativa, dialética e libertadora, seguem aqui algumas reflexões embasadas em autores que pesquisam sobre esta temática. Assim, concebendo a avaliação como processo dialógico, formativo, dialético e libertador, iniciamos

dizendo que ela é importante quando consiste na possibilidade de os alunos construírem suas próprias trajetórias, verdades e valorizarem suas manifestações e interesses. Avaliar reveste-se sempre de uma reflexão valorativa e tomada de decisões a partir dos julgamentos que fazemos. Não há traumas e nem problemas em relação a isso. O maior problema da avaliação está no que estamos fazendo há muito tempo – classificamos, bem ou mal, no estilo de uma educação tradicional e conservadora. Mudar isso significa criar fissuras, fazer rompimentos, por vezes, dolorosos.

De modo geral, assumimos a avaliação diagnóstica, processual e formativa. Mas o que isso significa? Vamos então, enfrentar essa situação. A princípio significa, pois, olhar o processo avaliativo como construção, repleto de possibilidades e potencialidades construídas no coletivo. Entendemos o processo pedagógico aquele que vê em cada aluno e aluna a presença da humanidade em tudo o que este ser produziu – as ideias, a maneira de enfrentar o mundo, a produção e as relações de trabalho, a riqueza, a pobreza, as condições históricas e as oportunidades circunstanciadas por elas dadas a cada um e a cada uma e que, por seu turno, entrelaçam-se com áreas da política, da ideologia, da economia, da educação, da cultura e do cotidiano para criar a subjetividade humana. Nesse sentido, Marx & Engels (1987) nos ajudam, ao afirmar que os homens e as mulheres fazem suas histórias nas condições materiais historicamente dadas.

Ou, analisando por outro ângulo, vale dizer que isso implica mudar o olhar sobre os agentes educativos – aluno e professor. É preciso vê-los como sujeitos humanos mediados pelas relações sociais; significa ver a escola como um espaço complexo e contraditório que, historicamente, sempre esteve a serviço de uma visão positivista de mundo, mas que concomitantemente problematizou, alcançando conquistas relevantes e, por isso mesmo, demonstrou ser um espaço de contradição passível de ser mudado e ressignificado. Mudar a nossa visão de avaliação significa também provocar rompimentos com a visão escolar positivista e provocar a ressignificação de uma escola onde o conhecimento tenha sentido se auxiliar os alunos e as alunas a elaborarem conceitos sobre a sua realidade e a entenderem esta realidade, e o lugar que ocupam nesta e não em outra.

No entender de Andrada (1999, p. 31), com o qual corroboramos que cabe ao professor, comprometido e responsável pela educação a

...construção coletiva e a circulação do conhecimento, numa atividade de parceria, desafiar as estruturas mentais dos alunos, ajudando-os a ordenar e a compreender o mundo, simbolizando-o, transformando-o e organizando os dados da realidade.

Na perspectiva que escolhemos andar, faz-se necessário que estabeleçamos a diferença entre avaliar e verificar, uma vez que são componentes do processo de ensino e aprendizagem e que se manifestam de diversas formas. Contudo, não significa dizer que ambos sejam de todo antagônicos, alerta Both (2008, p. 38), tendo em vista que por vezes “valores quantitativos ajudam a explicar fatores qualitativos”. O autor elaborou um quadro, no qual traz uma comparação entre avaliação e verificação:

Avaliação	Verificação
Dinâmica	Estática
Qualitativa	Quantitativa
Diagnostica	Constatação
Democrática	Autoritária
Construtiva	Verificativa
Subjetiva	Metafísica
Autônoma	Submissa

Quadro 1: Comparativo entre avaliação e verificação

Fonte: BOTH, 1992b

Ao se interpretar o referido quadro, entendemos que o autor representa bem a avaliação em suas formas processual ou formativa e somativa. Enquanto que a primeira acontece ao longo de todo o processo educativo do aluno, a segunda significa, amiúde, no final de cada etapa escolar. Diante disso, podemos inferir, então, que a avaliação processual ou formativa, acompanha a evolução do desempenho do aluno no decorrer de sua trajetória acadêmica corrigindo os necessários desvios de conduta, se preciso for. Segundo Both “A avaliação processual tem como foco proceder á melhoria do desempenho do aluno de forma perene”. Por seu turno, a avaliação somativa possibilita resultados numéricos, os quais propiciam “condições para a tomada de decisões, igualmente visando à melhoria do rendimento escolar do aluno” (2008, p. 39).

Nesse sentido, a avaliação como agente formativo se desenvolve a partir “da relevância dos dados levantados para a tomada de decisão, a qual, portanto, tem condições de ser tanto mais adequada quanto mais significativos forem os dados” (BOTH, 2008, p. 40). Nesta perspectiva, para que avaliação deixe de representar cobrança e se transformar em mais um momento de aprendizagem, tanto para os alunos quanto para o professor.

Do mesmo modo, os instrumentos de avaliação como: provas individuais, com consulta, sem consulta, provas dissertativas, de múltipla escolha, dentre outras possibilidades precisam ficar claro é o que fazemos com estes instrumentos, como os usaremos em prol de uma perspectiva de avaliação dialógica, formativa, libertadora. Em nosso entender, a prática pedagógica de avaliação será mais emancipatória quanto mais se assuma a postura de diagnosticar a aprendizagem dos alunos e a partir disso dar os encaminhamentos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

A partir destas exposições reflexivas, pautadas nos autores apontados, podemos inferir que a concepção de avaliação encontra-se alicerçada na visão de mundo e na concepção de educação de cada educador e de cada educadora. Dependendo de sua visão positivista ou progressiva, dialógica, dialética de mundo, optará por uma educação e avaliação também amparadas numa visão positivista ou dialética.

Entendemos ser imprescindível lembrar um dos papéis que cabe ao educador - o da intervenção, organizando sua ação pautada em interações dialógicas educador/educando/educando, não se revestindo de uma ação pautada no autoritarismo, no espontaneísmo ou na mera reprodução das situações diuturnas. Sob essa perspectiva, a sala de aula se transforma em um verdadeiro “círculo de investigação” do conhecimento e dos processos de abordagem do conhecimento. Os resultados da avaliação dos alunos e das alunas não podem se constituir em uma dissertação do professor sobre a evolução ou recuos destes, e nem em uma reflexão sobre os “erros cometidos”, mas sim em uma reflexão problematizadora em coletividade, a ser devolvida aos alunos e alunas para que eles e elas, com o professor, retomem o processo de aprendizagem, destaca Romão (1998, p. 102), com o qual concordamos.

Diante do exposto, consideramos que a capacidade de reconhecer nossos limites e potencialidades enquanto educadores é um dos primeiros passos que

podem determinar ou direcionar o nosso agir pessoal e profissional. Só assim podemos sentir a necessidade de se adquirir novas formas de proceder, de agir, sob outras perspectivas. Ademais, se a problemática maior que ronda o nosso “que fazer pedagógico?” é a avaliação, entendemos ainda que se a problemática da avaliação está posta e permeia o contexto escolar e seu reflexo está no todo, é preciso, pois construïrem-se e se consolidarem-se ações coletivas para o enfrentamento desta questão.

Contudo, sabe-se que o estabelecimento de ações coletivas são lentas e graduais, e no entender de Fazenda (1995, p. 64), iniciam-se mediante um reequilibrar-se para poder perceber como os outros poderão se equilibrar”. Segundo a autora, dessa maneira poder-se-ia “consolidar uma nova atitude perante a educação – a atitude interdisciplinar” (1995, p.64).Para ela, a atitude interdisciplinar não estaria na simples alocação de conteúdos, e nem de métodos, e muito menos de disciplinas. A atitude interdisciplinar “Está contida nas pessoas que pensam o projeto educativo”. Assim, “Qualquer disciplina (...) pode ser a articuladora de um novo fazer e de um novo pensar a formação do educador” (1995, p. 64). A autora ressalta a necessidade da tomada de consciência dos educadores sobre algumas questões de sala de aula, por isso, o diálogo entre os educadores é imprescindível, principalmente para se pensar projetos coletivos. Para ela, “a parceria é a premissa maior da interdisciplinaridade” (1995, p. 109), no sentido de compartilhar práticas, angústias, dúvidas, projetos, falas, espaços, reflexões, ideias, experiências, atividades, estudos, projetos.

Nessa perspectiva, para se estabelecer um trabalho coletivo, é necessário se pensar um projeto coletivo. No nosso caso específico, destacamos a importância de se iniciar com questões relacionadas à avaliação. Para isso, recomenda a autora, é importante se fazer um diagnóstico da sala de aula, iniciando com a observação de detalhes e registros de acontecimentos significativos do cotidiano. Nesta fase, “Olhar, perceber, registrar” (FAZENDA, 1995, p. 66) são três atributos essenciais para o levantamento da situação diagnóstico. Cada atividade atribuída pelo professor aos alunos deve ser registrada, sistematizada e planejada. Com isso, problemas inerentes à prática pedagógica emergem, fazendo surgir um rol de problemáticas capazes de compor um projeto coletivo. E na busca de uma atitude interdisciplinar, todas essas questões devem ser colocadas e analisadas.

Com efeito, à luz do que nos ensina Fazenda (1995), e aceitando correr os riscos de se assumir uma atitude interdisciplinar, deixamos aqui, uma interpelação aos colegas educadores - a construção, ainda que modesta, de atitudes interdisciplinares, mediados, por encontros interdisciplinares entre os que praticam ações disciplinares para que pensemos em ações coletivas para o enfrentamento da problemática da avaliação, para que possamos criar trabalhos conjuntos, para que possamos conjuntamente melhorar nossa prática pedagógica, para que ultrapassemos nossas angústias teóricas, nossos medos de sermos incompreendidos em nossas atitudes, para que ultrapassemos o denunciamento de culpar outrem por nossas ações. Enfim, interpelamos a todos e a todas para que nos empenhemos no exercício de construir atitudes e práticas interdisciplinares, como projeto coletivo de trabalho, como enfrentamento coletivo da questão da avaliação, para que possamos construir concepções de avaliação como ações pedagógicas interdisciplinares.

Na sequência, para evidenciar o quanto a questão da avaliação é destaque e angústia entre os docentes, passamos a relatar o processo de implementação do Projeto de Intervenção junto ao Colégio já mencionado, demonstrando as atividades realizadas e os dados coletados juntos aos agentes educativos – alunos, alunas, professores, professoras, pedagogos e pedagogas.

5 Implementação do Projeto de Intervenção: Atividades Desenvolvidas com Professores da Educação Básica

O projeto intitulado “Avaliação da Aprendizagem Escolar Enquanto Processo Formativo: Ação Pedagógica Interdisciplinar com Docentes do Ensino Básico” foi implementado no Colégio Estadual Pe. José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, localizado no município de São Jorge D’Oeste-PR, no período compreendido entre 19/07 a 29/10 de 2011, por intermédio de oito encontros. O trabalho atingiu um professor e cinco pedagogos do Colégio mencionado. Cada um dos oito encontros centrou-se na abordagem de uma mesma temática – o processo de avaliação escolar, contudo mudávamos as estratégias e as dinâmicas de trabalho.

O referido trabalho teve por objetivo promover estudos com os professores do ensino básico com a finalidade de discutir as práticas escolares de avaliação procurando desenvolvê-las sob a ótica de tomada de decisão, condição para fazer diferente, visando à melhoria da promoção da aprendizagem, pois da forma como conhecemos a avaliação, seu significado e uso não irão mudar necessariamente, apenas por dizer como esta se realizará, dando modelos ou aconselhando técnicas.

Uma das primeiras ações realizadas consistiu na apresentação do projeto para a comunidade escolar, visando conquistar interessados em participar do grupo de estudos. Nesse primeiro contato estiveram presentes os 54 professores que compõem o quadro de profissionais do Colégio Estadual Pe. José de Anchieta. Neste momento, os docentes demonstraram empatia pelo tema a ser abordado. Participaram, envolveram-se, porém já prevíamos a dificuldade de adesão, por se tratar de estudo voluntário aos sábados pela manhã e que, em decorrência do avanço da data no ano letivo, os interessados em participar de cursos para progressão na carreira, já estavam com seu cronograma comprometido. Mesmo assim, vinte e seis professores inscreveram-se para participar das atividades propostas, solicitando, que estas ocorressem em dias letivos.

Na sequência, passamos para o segundo encontro, cuja pauta consistiu na leitura dos instrumentos que dão a base legal para a avaliação no Estado do Paraná. Este encontro teve por objetivo promover a percepção das influências externas e a necessidade do conhecimento das bases legais que amparam a avaliação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96, no seu artigo 24, inciso V, alínea a), que estabelece que a organização da educação básica, o rendimento escolar deverá seguir critérios estabelecidos: "Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais". A Deliberação nº 007/99 do Conselho Estadual de Educação, por sua vez, indica que:

Art. 1. A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

A deliberação ressalta ainda a avaliação formativa, compreendida como mais adequada ao cotidiano da sala de aula e como grande avanço no que se refere à avaliação tradicional, conhecida como somativa ou classificatória.

Corroborando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), o Regimento Escolar do Colégio Pe. José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional (2008) reproduz os artigos da Resolução 007/99 para regulamentar a avaliação descrevendo-as na Seção V, artigo 122 aos 139. Já o Projeto Político Pedagógico (2010), em suas páginas 28 e 29, referentes ao Marco Conceitual, estabelece que a avaliação seja parte integrante e fundamental do processo educativo servindo como meio ao professor para situar-se quanto aos conhecimentos adquiridos pelo aluno e obtenção de indícios para reflexão e melhoria da prática pedagógica. Ressalta ainda, que a avaliação é mais do que uma única prova, trata de um processo que deve acontecer durante todo o ano, em vários momentos e de diferentes formas. O Projeto Político Pedagógico do Colégio (2010) destaca ainda que o sucesso ou fracasso da aprendizagem é coletivo.

Os cursistas, por estarem familiarizados com os documentos apresentados, não demonstraram maiores surpresas, mas é sempre confortável se estar embasado em normas legais. Cabe ressaltar que com a leitura e análise do Projeto Político Pedagógico foram observados alguns aspectos que poderiam ser melhorados, pois pelo imediatismo com que os documentos são produzidos nem sempre há muito rigor na sua escrita. Em face disso, o Projeto passou por reformulação e aprovação e um novo documento foi enviado ao Núcleo Regional de Educação NRE - Dois Vizinhos-PR.

O terceiro momento visou auxiliar o professor no entendimento das lógicas implícitas à teoria utilizada. Este consistiu em reflexões pautadas na leitura, discussão e debate de textos do Vasconcellos contido no capítulo IV, “Finalidade da Avaliação”, da sua obra *Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar* (1994, p. 53-62), visando provocar reflexões a respeito das concepções de avaliação adotadas no referido Colégio. A participação do grupo foi muito dinâmica, suscitando reflexões e discussões em torno do tema.

A seguir, em um quarto momento, deu-se destaque a dinâmicas envolvendo a temática da avaliação, tendo por base o estudo de texto de Maria Teresa Esteban: “A Avaliação no Cotidiano Escolar”, de sua obra *Avaliação: uma prática em busca*

de novos sentidos” (2004, p. 7-28). E conforme já prevíamos no material didático, o estudo provocou algum desconforto nos cursistas presentes, já que éramos a maioria pedagogos, os quais temos a possibilidade de indicar, sugerir leituras e práticas, mas não ação em sala de aula. Mesmo assim o tema não se esgotou e a partir disso combinamos criar situações para a vinda de profissionais com respaldo teórico para abordar o assunto escolhido “Avaliação na Perspectiva Histórico-Crítica”. Em face disso, contaremos com a contribuição do professor Dr. João Luís Gasparin, da UEM – Universidade Estadual de Maringá, em uma palestra a ser realizada em setembro de 2012.

Na sequência, realizamos o estudo dos questionários aplicados aos alunos e professores durante a elaboração do projeto de intervenção, o que foi motivo de reflexões e discussões entre os docentes. Houve ainda a leitura do texto de Almerindo Janela Afonso “Escola pública, comunidade e avaliação: Resgatando a avaliação formativa como instrumento de emancipação” (1999, p. 83-100). Deste dia de trabalho resultou a ideia da criação de um banco de questões para avaliação, algo que particularmente não apreciei, pois creio que tendo como objetivo “a avaliação como ponto de partida para minha ação”, os instrumentos não necessitam ser “engessados”, prontos, estanques, mas foi de consenso que o objetivo era conduzir o professor a reflexão, a elaborar instrumentos ou questões instigantes, interessantes e desafiadoras que proporcionem mais um momento de aprendizagem. Esta ação já está sendo implementada no Colégio. Já houve dois momentos para sua efetivação e os resultados estão sendo aguardados. O objetivo de tal atividade foi o de contribuir na busca de novas formas e meios de organizar, compreender e transformar os espaços de avaliação.

No sexto encontro assistimos a um vídeo para amparar o debate e a discussão, intitulado “O Papel da Aprendizagem na Avaliação”. Realizamos uma dinâmica sobre a prática avaliativa e procedemos à leitura e debate de textos de Cipriano Luckesi “Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo” e “Avaliação do Aluno: a favor ou contra a democratização do ensino?”, ambos da obra “Avaliação da Aprendizagem Escolar” (2001, p. 27-46 e 60-84).

Os referidos textos foram elencados para estudo e discussão no grupo por identificarmos no primeiro, argumentos consistentes para a superação do autoritarismo na prática da avaliação educacional escolar. Neste texto a autor descreve que a avaliação não se dá em um vazio conceitual e que ela está

dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica. Portanto a forma como agimos não é gratuita, mas a serviço de uma pedagogia que traduz uma concepção teórica de sociedade e o autoritarismo, elemento necessário para garantia desse modelo. Enfatiza ainda, que a prática de avaliação escolar utilizada estipulou como função do ato de avaliar a *classificação* e não o *diagnóstico*, como deveria ser constitutivamente. O objetivo revestiu-se de criação de um espaço de discussão contínua sobre as práticas avaliativas.

No sétimo encontro, as atividades consistiram em uma dinâmica sobre avaliação; assistimos a um vídeo com entrevista de Cipriano Luckesi. Procedemos à leitura do texto de Victor Paro “Avaliação como processo (controle e eficiência do trabalho)” da sua obra *Reprovação Escolar: renúncia à educação* (2003, p. 33 -56). A justificativa para essa escolha se deu em razão de a perspectiva teórica do autor ser consonante ao que nos propomos, pautados no materialismo histórico-dialético. Em seu trabalho, ele sistematiza de forma muito clara a abordagem teórica que segue. O intuito de tais atividades era levar os docentes a entenderem a avaliação como parte do aluno e não um fim.

A oitava e última atividade consistiu em leitura do texto de Vasconcellos; “Em busca de algumas alternativas”, de sua obra *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar* (1994, 65-102), e como o próprio nome do texto já antecede o que nos levou a optar por ele é justamente, as alternativas simples e extremamente práticas que ele propõe. Houve momentos de análise, discussão e proposição de ações avaliativas. O objetivo foi o de levar os professores a compreenderem que a avaliação é um momento que deve levar o professor a tomar decisões e não apenas como instrumento de medição da aprendizagem.

Conforme pudemos constatar pelos nossos registros, quando apresentamos o projeto para a turma de professores, obtivemos bastante aceitação para a implementação da proposta de estudo. Depois desse período de reflexões, observamos que está ocorrendo, por parte dos professores, um maior cuidado quanto à avaliação nas aulas. Para a continuidade dos estudos, haverá no mês de julho, de 2012, alguns momentos dedicados à formação continuada e entre as sugestões consta a “avaliação da aprendizagem”, isto é, os professores ainda não estão se sentindo confortáveis em relação à forma que estão trabalhando, percebem que precisam melhorar ainda mais.

O trabalho realizado com os sujeitos que participaram deste estudo - professores, pedagogos e alunos - confirmaram que aprender e ensinar é um processo que vai sendo construído e consolidado na práxis educacional. Por isso, a prática transformada em práxis (ação-reflexão-ação) possibilita a reconstrução da função docente. O professor, por sua vez, nunca está pronto, está sempre num processo de construção, assim como o aluno. O professor, em sua atuação cotidiana, vai promovendo articulações entre o conhecimento teórico-acadêmico, juntamente com dados do contexto escolar e da prática docente, mediados pela revisão constante de sua ação refletida, no intuito de sondar o que mais interfere na aprendizagem dos alunos.

6 Conclusões

O estudo ora apresentado faz parte do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no ano de 2010/2012 e teve por objetivo promover reflexões sobre a problemática da avaliação no contexto escolar. Para isso, partimos de uma investigação de caráter exploratório envolvendo professores, pedagogos e alunos do Colégio Estadual Pe. José de Anchieta – Ensino Médio Normal e Formação de Docentes, do município de São Jorge D'Oeste-PR, no intuito de trazer à tona as suas concepções, experiências, inquietudes, desejos, sugestões sobre a questão da avaliação.

Os resultados obtidos entre os sujeitos participantes deste estudo demonstraram ainda apresentar pouca familiaridade com a avaliação, em razão das muitas dificuldades, dúvidas e incertezas que evidenciaram em relação à avaliação, sobretudo deixaram antever que não há uma maneira “ideal” para se avaliar. Todos concordaram ser necessário rever as práticas, as estratégias, as formas e as concepções de avaliação que permeiam a prática pedagógica escolar cotidiana.

A partir disso, com o objetivo de se criar um espaço de discussão contínua sobre as práticas avaliativas, desencadeou-se uma série de atividades com professores e pedagogos da escola mencionada, mediadas por um projeto denominado “Avaliação da Aprendizagem Escolar Enquanto Processo Formativo: Ação Pedagógica Interdisciplinar com Docentes do Ensino Básico”. As atividades,

focadas o processo de avaliação escolar, ocorreram em oito encontros e contemplaram estudos, reflexões, discussões, filmes, dinâmicas diferenciadas, dentre outras.

A grande conclusão a que chegamos, após isso, é a de que os professores têm resistência em mudar suas práticas e entre elas, está a de avaliar. Avalia-se somente para se atribuir um valor quantitativo e no final do bimestre registrar no boletim, cumprindo com as obrigações oficiais.

Somos incansáveis tentando esclarecer que todos podem aprender de maneiras diferentes e em quantidade “se é que é possível mensurar”, mas todos aprendem. É necessário que observemos o nosso trabalho para verificar o quanto nossos alunos estão aprendendo, como estão aprendendo, quem são os que aprendem mais e por que e como fazer para que cada um consiga atingir o seu máximo, que não é o mesmo para todos.

A temática da avaliação está longe de ser sanada, em algumas questões já avançamos, e nosso trabalho tem se pautado em “plantar algumas sementinhas que teimam em brotar aqui e ali”. Isso é o que nos anima, pois temos acompanhado as avaliações realizadas pelos professores, e o que se observa é que estas já apresentam algumas mudanças, são avaliações mais críticas, mais bem elaboradas, instrumentos de qualidade, desafiadores, mas que quando aplicados pelo professor, contudo, a forma de aplicação ainda carece de revisões.

Diante do que presenciamos na realização deste trabalho, procuramos destacar a importância e a necessidade de se iniciar algumas mudanças de nossa prática pedagógica, em especial, no que tange à avaliação, a partir do estabelecimento de exercícios interdisciplinares, ou seja, a partir de atitudes interdisciplinares, coletivas, mediante parcerias, projetos e trabalhos interdisciplinares. Com isso, acreditamos que poderíamos enfrentar melhor as nossas dificuldades em relação à avaliação escolar, num esforço conjunto, partilhado, de construção coletiva, buscando articular um novo fazer pedagógico, um novo pensar sobre a avaliação, numa perspectiva de ação pedagógica interdisciplinar.

Por fim, ressaltamos que, ao se ter necessidade de ações diferenciadas e coletivas para o enfrentamento da avaliação escolar, Perrenoud (2001) nos ajuda ao afirmar que esse processo provoca no aluno e no professor, uma outra construção de sentido. Para o autor, o sentido da prática, dos saberes, das situações de

aprendizagens escolares não é algo dado *a priori*, mas construído com base em um conjunto de valores, de representações e em situações de interação e de reciprocidade.

7 Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Escola Pública, comunidade e avaliação: Resgatando a avaliação formativa como instrumento de emancipação. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 83-100

ANDRADA, Rosamaria C. **Avaliação escolar: novas perspectiva**. AMAE Educando, 1999, n. 282.

BOTH, Ivo José. **A qualidade da universidade passa “primeiro” pela graduação: no âmbito de um projeto pedagógico**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 1992a. (Cadernos Universitários, 2).

_____. **Da verificação à avaliação da aprendizagem: processos antagônicos**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 1992b. (Caderno 3).

_____. Ensinar e avaliar são de domínio publico: resta saber se ensinar avaliando e avaliar ensinando também o são. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. 18, p. 54-64, jun, 2005.

_____. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é analisando que se ensina**. 2. ed. ver e ampl. Curitiba, Ibpex, 2008.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Brasília, DF, 05 out. 1998.

COLÉGIO Estadual Pe. José de Anchieta. **Projeto Político Pedagógico**. São Jorge D'Oeste-PR, 2010.

COLÉGIO Estadual Pe. José de Anchieta. **Regimento Escolar**. São Jorge D'Oeste-PR, 2008.

ESTEBAN, M. T. A avaliação no cotidiano escolar. In: Maria Teresa Esteban. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, v. , p. 7-28.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem escolar**. 11 ed. São Paulo: Ática, 1988.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. Revista de Educação AEC, Brasília, v. 15, n. 60, p. 23-37, abr./jul. 1986.

_____. A avaliação da aprendizagem escolar. 11 ed. São Paulo Cortez, 2001.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. 6. ed. São Paulo, Editora Hucitec, 1987.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 007/99**. Normas Gerais para Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em Nível do Ensino Fundamental e Médio. Curitiba, 1999.

PARO, Vitor H. Avaliação como processo (controle e eficiência do trabalho). In: PARO, Vitor H. **Reprovação escolar**: renúncia à educação. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2003. 168 p.

PERRENOUD, P. **Pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

RAYS, Oswaldo A. Planejamento da ação pedagógica. **Espaço Pedagógico**. Passo Fundo (RS) v. 3, n. 1, (p. 111-123), 1996.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998 (Guia da Escola Cidadã, vol. 2).

SOUZA, Clarilza Prado de (org). **Avaliação do rendimento escolar**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1993.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994.

_____. **Avaliação da aprendizagem**: práticas e mudança. 4 ed. São Paulo: Libertad, 1998.

YOUTUBE. O Papel da Aprendizagem na Avaliação. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=NyV47Ty3JzA>. Acessado em 01/10/2011.

YOUTUBE .**Palestra sobre Avaliação das aprendizagens e ações pedagógicas planejadas com o professor Cipriano Luckesi.**Disp. em <http://www.youtube.com/watch?v=FkaO7zFPZPw> Acessado em 05/10/11.